ECOLOGIZAR O URBANISMO: UM DIÁLOGO OPORTUNO ENTRE BRUNO LATOUR E JEAN RÉMY

DOMINGOS VAZ*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior (FCSH-UBI)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Research Centre for Business Sciences (NECE-UBI)

Resumo

O enfoque no urbanismo ecológico desafia as conceções existentes de planeamento urbano. Neste artigo, defendemos que um quadro articulado entre a ecologia política de Bruno Latour e o conceito de transação social de Jean Rémy pode ajudar a conceber um planeamento mais participativo. Sugere-se que as duas abordagens teórico-analíticas, quando combinadas, permitem considerar que a sociedade é composta por redes de associações que são alimentadas e transformadas por transações sociais, fornecendo um ponto de entrada analítico para a compreensão do papel que as cidades ocupam na crise ecológica e climática.

Palavras-chave: Bruno Latour, ecologia política, Jean Rémy, transação social, urbanismo ecológico

Abstract

Ecologising urbanism: a timely dialogue between Bruno Latour and Jean Rémy

The focus on ecological urbanism challenges existing conceptions of urban planning. In this article, we argue how an articulated framework between Bruno Latour's political ecology and Jean Rémy's concept of social transaction can help to conceive a more participatory planning. It is suggested that the two theoretical-analytical approaches, when combined, allow us to consider that society is composed of networks of associations that are fed and transformed by social transactions, providing an analytical entry point for understanding the role that cities play in the ecological and climate crisis.

Keywords: Bruno Latour, political ecology, Jean Rémy, social transaction, ecological urbanism

Résumé

Écologiser l'urbanisme: un dialogue opportun entre Bruno Latour et Jean Rémy

L'accent mis sur l'urbanisme écologique remet en question les conceptions existantes de l'urbanisme. Dans cet article, nous expliquons comment un cadre articulé entre l'écologie politique de Bruno Latour et le concept de transaction sociale de Jean Rémy peut aider à concevoir une planification plus participative. Il est suggéré que les deux approches théoriques et analytiques, lorsqu'elles sont combinées, nous permettent de considérer que la société est composée de réseaux d'associations qui sont alimentées et transformées par des transactions sociales, fournissant ainsi un point d'entrée analytique pour comprendre le rôle que jouent les villes dans la crise écologique et climatique.

Mots-clés: Bruno Latour, écologie politique, Jean Rémy, transaction sociale, urbanisme écologique

Introdução

“As coisas continuavam a correr mal. Os homens tinham-se multiplicado, tinham tomado conta do mundo, cimentado a Terra, ocupado os vales, povoado os planaltos, matado os deuses, abatido as feras.” (Sylvain Tesson, 2016, *Sur les chemins noirs*, Paris, Gallimard, p. 23)

É para nós desafiante encontrar traços comuns entre os autores para pensar as cidades em toda a sua complexidade, face aos problemas contemporâneos. De entre os vários pontos de vista como, por exemplo, o filosófico e o sociológico, procuramos compreender o tempo atual a fim de gerar uma articulação conceptual que permita abordar os fenómenos urbanos nas suas diversas implicações sociais.

O presente texto tem uma natureza exploratória e um objetivo teórico-metodológico, dando centralidade à discussão da interconexão entre os processos de urbanização e a crise ecológica e climática, inspirado nas contribuições de dois autores – Bruno Latour e Jean Rémy – a partir da seguinte questão: Como articular um planeamento mais participativo, requerido por um urbanismo de tipo “ecológico”, numa escala macro ou meso, com formas de associação micro dos atores sociais na sua pluralidade, que tendem a ter uma maior inteligência “ecossistémica” e pós-antropocêntrica?

Bruno Latour (1947-2022), um dos proponentes da teoria do ator-rede, defende que a sociologia deve ser entendida como uma “ciência das associações” (Latour, 2012, 2023) devido à sua visão de como as relações e as conexões formam a sociedade. O autor enfatiza a importância das redes de atores humanos e não humanos na construção social da realidade. No campo

da ecologia política, a sua cosmologia reconhece a agência e a influência dos não humanos na política e na sociedade, desafiando as fronteiras tradicionais entre natureza e cultura, e promove uma visão mais holística e inclusiva do mundo. Jean Rémy (1928-2019), para o que nos interessa, trabalha o conceito-chave de “transação social” (Rémy, 2015), desenvolvido no âmbito da sociologia do espaço; este conceito permite compreender as interações e os elos sociais entre os diversos atores do território, que estes constroem/desconstroem através de práticas recíprocas que expressam o sentido do jogo social. As transações sociais são vistas como um processo contínuo de “negociações” e ajustes entre atores sociais e envolvem troca de informações, recursos, significados e reconhecimento, sendo ainda essenciais para a manutenção e transformação das relações sociais (Rémy, Servais e Voyé, 1978, p. 89).

É interessante trazer a debate as perspectivas teórico-analíticas dos dois autores. Na análise sociológica das cidades, a perspectiva da ecologia política de Bruno Latour, em combinação com o conceito de transação social de Jean Rémy, leva-nos a considerar as duas abordagens, distintas mas complementares, para entender as interações humanas e não humanas nos contextos urbanos. Latour propõe uma abordagem que destaca as redes de relações entre humanos e não humanos, enfatizando o modo como essas interações moldam a política e a vida urbana. O autor argumenta que os atores sociais (humanos e não humanos) estão entrelaçados em redes complexas de interesses e poder, onde objetos e entidades não humanas também têm agência e influência. Por sua vez, Jean Rémy considera as transações sociais como unidades fundamentais de análise sociológica e afirma que as transações entre diferentes atores (indivíduos, grupos, instituições) moldam os processos sociais, económicos e políticos e ajudam a entender o funcionamento das cidades.

Adotando um método de procedimento baseado em pesquisa bibliográfica, pretende-se contribuir para o debate de um planeamento urbano mais “ecológico” e de formas de “associação” micro, no âmbito de situações concretas da vida quotidiana que Rémy conceptualiza como “transações sociais”. Assim, na primeira secção é sublinhado o papel que as cidades ocupam na crise ecológica e climática, circunstância muito tributária de modelos funcionalistas de controle e exploração vertiginosa de recursos que subestimam a biodiversidade, aos quais se devem contrapor princípios de ecologização. Na segunda secção, a partir de Latour (1991), para quem “nunca fomos modernos,” é suportada a perspectiva de mudança paradigmática para a ecologização, como condição para a superação da “iliteracia ecológica” e

coevolução, em que humanos, natureza e tecnologia são partes inseparáveis de um todo dinâmico e interdependente. Na terceira secção, são abordados os desafios para a pesquisa sociológica urbana trazidos por uma leitura que combina o conceito remyniano de transação social com a ideia latouriana de que a sociedade é composta de associações. Na quarta secção, discutimos a necessidade de inovação conceptual requerida por um urbanismo de tipo “ecológico”, em articulação com formas de associação micro dos atores sociais.

Concluimos com algumas ideias de síntese de ambos os autores que, quando combinadas, desafiam os sociólogos das cidades e a sua *praxis* de pesquisa. De modo aberto, evocamos alguns contributos da sociologia para a abordagem ecológica e, com o objetivo de prosseguimento futuro da discussão, apontamos como linha a explorar uma atenção renovada à relação cidade-natureza que sustente a articulação entre a ecologia urbana e o urbanismo ecológico.

1. A cidade no centro da crise ecológica e climática

A cidade foi durante muito tempo vista como “o meio artificial, a antinatureza, o desnaturado” (Arnould, 2006, p. 540), como de resto o entendeu Le Corbusier: “Uma cidade! É o domínio do homem sobre a natureza. É uma ação humana contra a natureza, um organismo humano de proteção e de trabalho. É uma criação” (Le Corbusier, 1925, p. 1). Nesta perspetiva, a cidade funcionaria em analogia com uma máquina, tirando partido da tecnologia e priorizando a funcionalidade, a estética e a salubridade. De acordo com esta conceção dominante, a cidade é vista como um ambiente hostil para a vida selvagem. A biodiversidade urbana foi subestimada ou mesmo ignorada pelos biólogos, cuja investigação excluiu o meio urbano. Os modelos de fazer cidade em muito seguiram este primado funcionalista regido por uma lógica generalizante de racionalização, gerindo o espaço-tempo social em concordância com necessidades que excluem princípios anti-utilitários e funcionalidades desligadas do ciclo produção-consumo, enfatizando, ao invés, projetos e funções urbanas de grande escala. Em contraponto com esta corrente racionalista e tecnocrática, um ponto de partida alternativo seria a visão holística de Patrick Geddes (2022 [1915]), que propunha um entendimento da cidade essencialmente ecológico – como um “organismo vivo” – e um urbanismo que requeria a “pesquisa antes do plano”.

Em termos planetários, as cidades são hoje o palco primeiro do mundo contemporâneo, que continua a urbanizar-se a um ritmo acelerado. Disso

nos dá conta o Banco Mundial (2023), quando nos diz que cerca de 56% da população mundial – 4,4 bilhões de pessoas – habita em cidades – uma tendência que não afrouxa, esperando-se que a população urbana duplique até 2050, quando quase 7 em cada 10 pessoas viverão nas cidades.

As cidades estão a expandir-se de forma difusa e preocupante, consumindo cada vez mais áreas agrícolas, naturais e florestais e artificializando irreversivelmente o solo. Em 2010, o ritmo de crescimento das superfícies artificializadas foi três vezes superior ao ritmo de aumento da população, o que contribui drasticamente para absorver e reter calor, levando à procura de energia para refrigeração e agravando o impacto das ondas de calor. Verifica-se até que algumas cidades continuam a crescer em superfície e na artificialização do solo, mesmo que estejam a perder habitantes e empregos, o que constitui um crescimento claramente insustentável (Rode, 2023; Bihouix *et al.*, 2022). Como é evidente, este processo de urbanização contribui fortemente para a crise climática, a exaurição de recursos e a degradação da biodiversidade, ao ponto de ameaçar as próprias “condições de habitabilidade da Terra pelos humanos” (Morizot, 2020, p. 31). Se as cidades cobrem menos de 2% do território mundial e emitem mais de 70% de CO₂, elas funcionam como os “motores” da alteração climática, sendo também os lugares mais expostos a esses efeitos. Para Metzger (2020), as cidades são o meio emblemático do Antropoceno, levando outros autores, como Lussault (2021), a falar em Urbanoceno para significar que a “idade do homem” corresponderá hoje, antes de tudo, à “idade das cidades”. E se a crise ecológica que vivemos vem de uma perturbação profunda do funcionamento do meio ambiente, ela também é “uma crise das nossas relações com os seres vivos”, no entendimento do filósofo Baptiste Morizot (2020, p. 16). Deste modo, reinventar as nossas relações com os seres vivos e com o meio ambiente revela-se necessário para podermos voltar a trabalhar em prol da habitabilidade da Terra.

Inscriver as cidades e o seu funcionamento de forma mais simbiótica no meio ambiente é mais do que nunca uma tarefa primordial. Neste sentido, acolhemos o princípio de ecologização que visa integrar as preocupações ambientais nas políticas públicas (Rode, 2023; Mormont, 2009). Este objetivo de integração convida-nos a pensar conjuntamente as políticas públicas de urbanismo e as de ambiente, sem ignorar as relações sociais que atravessam o espaço urbano, ou seja, o modo como a cidade funciona de facto. A fim de “sair do impasse no qual está engajada a construção da cidade”, Grisot (2021, p. 65) defende que o planeamento urbano deve repensar-se sobre novas bases e evoluir para um novo paradigma de ordenamento e do “viver

com” o ambiente, nos seus componentes tanto bióticos como abióticos. Este propósito contém, a nosso ver, duas dimensões: uma dimensão ideológica intrínseca à forma urbana, que se liga a um processo de decisão e valores que estão por trás da realização física do ambiente construído; e uma outra dimensão, que é a da interpretação e do usufruto dos habitantes.

A intervenção sobre o espaço possibilita ou constrange os processos sociais. Defendemos que a tentativa de simbiose entre o espaço físico e a cidade humana não pode resultar unicamente da vontade ou desejo do planeador, por muito bem-intencionado que seja, pois está sujeita às imposições do “Capitaloceno”. Isto porque os modos de construir e os modos de habitar nem sempre caminham juntos, como nos alerta o sociólogo e urbanista Richard Sennett (2018), ao avançar com pistas de interpretação sobre a “experiência urbana” nas suas articulações entre o espaço construído e o lugar da cidadania, das sociabilidades e das vivências quotidianas. Sennett propõe a distinção entre *ville* e *city*, as quais enformam a experiência urbana. Segundo o autor, a cidade articula uma dimensão física concreta, a *ville*, e uma outra dimensão sociocultural, de cidadania e sociabilidade, a *city*. Este desdobramento conduz à questão problemática de saber se o urbanismo deve reproduzir as tendências dominantes na sociedade ou contribuir para dinamizar mudanças inovadoras e sustentáveis.

2. Modernidade e nova ecologia política

Bruno Latour interroga-se sobre as razões por que nunca fomos modernos e qual a alternativa à modernização. No seu livro *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a divisão entre natureza e cultura, bem como entre sujeito e objeto, é artificial e problemática. Os modernos, segundo ele, são aqueles que tentam manter essa separação e impor uma ordem hierárquica que coloca os humanos no topo; que buscam controlar e manipular a natureza em nome do progresso e do desenvolvimento. Assim, esta visão dualista do mundo leva a uma série de problemas, como a degradação ambiental, a desigualdade social e a alienação humana. Ao tentar dominar a natureza, os modernos acabam por destruir os ecossistemas que garantem a nossa sobrevivência. Além disso, ao separarmos os humanos dos não humanos, criamos uma divisão artificial que nos impede de reconhecer a nossa interconexão e interdependência (Latour, 1994, p. 19). Com a ideia de superação do antropocentrismo, Latour afirma: “A política moderna, ao fazer da natureza um domínio à parte, nega as relações entre humanos e não humanos, o que resulta numa exclusão ética e política dos seres não

humanos. A nova cosmopolítica deve incluir todos os atores, humanos e não humanos, para formar um novo coletivo” (Latour, 1999, p. 144).

Em alternativa à modernização, Bruno Latour propõe uma teorização que envolve uma mudança crucial de paradigma, passando da modernização para a ecologização. Para compreender essa transição, é fundamental explorar o pensamento de Latour sobre a “política da natureza” e a relação entre sociedade e meio ambiente. Para ecologizar, não basta proteger o meio ambiente; é necessário também reconhecer a interdependência entre humanos e não humanos. Portanto, uma abordagem política eficaz deve levar em consideração as complexas redes de relações entre humanos e não humanos. A política da natureza enfatiza a necessidade de considerar as preocupações ambientais como questões políticas legítimas. Isso envolve não apenas a proteção de recursos naturais, mas também a reavaliação das relações de poder que moldam a interação entre sociedade e meio ambiente. Em vez de impor soluções *top-down*, a ecologização requer a participação ativa de todas as partes envolvidas, incluindo comunidades locais, cientistas, empresas e governos (Latour, 1999, p. 135).

Além disso, Latour destaca a importância de uma abordagem mais humilde em relação à natureza, reconhecendo a nossa limitada compreensão e controle sobre os processos naturais e “assumindo uma postura de maior respeito e cuidado com os processos que não controlamos por completo” (Latour, 1999, p. 258). Esta problemática associa-se à ideia de ecoliteracia coletiva, a qual envolve a capacidade dos cidadãos de compreenderem os sistemas naturais e as interações entre esses sistemas e as atividades humanas, passando de uma visão antropocêntrica do mundo para uma perspectiva mais holística e interconectada. A ecoliteracia deve ser capaz de ultrapassar uma iliteracia ecológica ainda existente, que é de carácter cultural e forjada no antropocentrismo e na cultura contemporânea de consumo, que incentiva o uso excessivo de recursos e a produção de resíduos. Por exemplo, a publicidade e o *marketing*, muitas vezes, promovem estilos de vida insustentáveis, alimentando a desconexão das pessoas relativamente aos impactos ecológicos das suas ações.

A superação dessa iliteracia ecológica requer uma reavaliação cultural profunda, na qual os humanos reconheçam e valorizem a sua interconexão com o mundo natural. Isso implica repensar as narrativas culturais, educacionais, económicas e políticas, promovendo uma nova sensibilidade, uma nova forma de entender e interagir com o ambiente. É assim decisivo construir uma ecoliteracia que coloque a cidade como plataforma

estrutural que combina humanos, natureza e tecnologia. Ou seja, uma visão inovadora sobre o futuro das cidades significa promover um entendimento compartilhado e uma consciência ambiental entre os cidadãos, utilizando a cidade como o cenário principal para essa educação e prática ecológica. Para Latour, “as cidades são os melhores laboratórios para novas práticas ecológicas e disseminação de conhecimento” (2018, p. 49). O autor acredita que a cidade, como um espaço denso de interações sociais, culturais e económicas, oferece uma oportunidade única para a implementação de práticas sustentáveis e para a disseminação de conhecimentos ecológicos. A cidade do futuro constitui-se, portanto, como proposta de coevolução em que humanos, natureza e tecnologia são vistos como partes inseparáveis de um todo dinâmico e interdependente.

3. As “associações” de Latour e a “transação social” de Rémy: que convergência?

3.1 Articulação teórica

Como articular e combinar o conceito de transação social de Jean Rémy com a ideia de Bruno Latour de que a sociedade é feita de fragmentos e associações? Numa primeira aproximação, podemos encontrar como ponto de convergência a ideia de que a sociedade é construída através de interações dinâmicas. Para Rémy, estas são transações sociais; para Latour, são associações. Ambos os autores destacam a importância dos processos e das relações na constituição da vida social.

A transação social, segundo Rémy, é um processo contínuo que envolve a troca de informações, recursos, significados e reconhecimento, entre os indivíduos e os grupos de uma dada comunidade. A sua análise faz parte de uma “sociologia da ação concreta, apreendida no decorrer da sua realização temporal” (Rémy, 2022, p. 32). As transações são fundamentais para a construção e a manutenção das redes, da coesão comunitária e da identidade coletiva; não se trata de meros contactos superficiais, pois envolvem a troca de informações, emoções e valores. Incluem não apenas bens materiais, mas também apoio social, favores e conhecimentos. Os indivíduos negociam constantemente os seus papéis, *status* e recursos dentro da comunidade, ajustando-se às expectativas e necessidades dos outros (Rémy, 2016 [1998]). Por sua vez, Latour, através da teoria do ator-rede, sugere que a sociedade é composta por redes de associações que incluem tanto atores humanos como não humanos, constituindo um conjunto de fragmentos conectados por associações dinâmicas que constroem e reconstróem a realidade social.

Trabalhar para uma sociologia menos antropocêntrica pode ser visto como uma grande contribuição de Latour para as ciências sociais. Segundo o autor:

como a sociologia do social é simplesmente uma maneira de chegar ao colectivo, a sociologia de associações assume a missão de recolher o que a ideia do social deixou em suspenso. (...) isso não significa negar o papel formatador das ciências sociais. (...) Quando acreditávamos ser modernos, podíamos nos contentar com os conjuntos da sociedade e da natureza. Mas hoje temos de rever nossa constituição e ampliar o repertório de vínculos e associações para além do que as explicações sociais oferecem. (Latour, 2012, pp. 352-353)

Ambos os autores, ao enfatizarem os processos sociais como contínuos e dinâmicos, tornam possível conceber as transações sociais de Rémy como microprocessos dentro das redes de associações de Latour. As transações sociais alimentariam e seriam alimentadas pelas associações, criando uma interdependência. Cada fragmento ou ator na rede está envolvido em múltiplas transações sociais que mantêm a rede coesa e funcional. E reconhecemos que, no âmbito da teoria do ator-rede, as transações sociais envolvem não apenas humanos, mas também objetos, tecnologias e outros não humanos que desempenham papéis ativos nas redes sociais. Isso enriquece a compreensão de Rémy, amplia e complexifica as transações sociais. Portanto, a convergência entre os conceitos de Jean Rémy e Bruno Latour oferece uma abordagem holística para entender e enfrentar os desafios climáticos nas cidades. Ao valorizar tanto as transações sociais quanto a composição de atores diversos, podemos desenvolver estratégias urbanas mais resilientes e adaptativas no novo regime climático (Rémy, 2016 [1994]).

3.2 Prática analítica

Em estudos de caso específicos, poderíamos mapear as redes de associações e identificar as transações sociais que ocorrem dentro dessas redes. Por exemplo, numa análise de uma comunidade *online*, poderíamos mapear as interações entre utilizadores (humanos) e plataformas tecnológicas (não humanos) e detalhar as transações sociais que sustentam essa rede. E na formulação de políticas públicas, considerar ambas as perspectivas ajuda a entender melhor as dinâmicas sociais, podendo essas políticas ser mais bem desenhadas para facilitar transações sociais específicas, enquanto se consideram as redes de associações mais amplas que incluem atores não humanos. Em relação ao espaço urbano, a conceptualização da “transação social” torna-se interessante para descortinar os laços sociais construídos no

quadro das práticas que animam o sentido do jogo social. O funcionamento da cidade pode ser abordado através da ideia de “jogos de atores” relativos às interações dinâmicas e estratégicas entre diferentes grupos e indivíduos que habitam e moldam o espaço urbano (Rémy, 2022; Rémy e Voyé, 2016 [2013]). Na prática, podemos imaginar o exemplo de um bairro onde moradores se organizam para melhorar a infraestrutura local. As transações sociais envolvem reuniões, trocas de ideias e colaborações. A agência dos atores (os moradores) é fundamental para iniciar e sustentar essas ações. As redes sociais, como associações de bairro, facilitam a organização e a mobilização, estruturando as interações e ampliando o impacto das ações individuais e coletivas.

Ao aplicar o conceito de transação social, podemos analisar como as interações ocorrem no interior das redes de atores propostas por Latour. E combinando as duas perspectivas, podemos ver que as transações sociais descritas por Rémy podem ser vistas como momentos específicos dentro das redes de coletivos de Latour. Os coletivos são para Latour construídos e mantidos através de interações sociais contínuas e transações que negociam significados, valores e recursos entre os seus membros. Enquanto Latour fornece uma estrutura para entender como os coletivos são formados e mantidos através de redes de atores heterogêneos, as transações sociais de Rémy oferecem uma “lente” para examinar as interações específicas dentro desses coletivos, destacando como as trocas sociais contribuem para a construção de identidades e práticas coletivas (Rémy, 2016 [1992]; Latour, 2023). O método de “implementação de dispositivos coletivos” de Latour (2023) envolve uma abordagem que reconhece a diversidade e a interdependência dos atores sociais e esclarece como esses atores colaboram e entram em conflito para moldar as dinâmicas sociais e as realidades que experimentamos. O método coloca o foco na “noção de colectivo”. Um “colectivo” é uma construção que precisa de ser “colectada” (p. 62). Um colectivo pode estar coletado por cientistas, por políticos, juristas, técnicos... e, “à medida que estudas, por exemplo, as associações entre direito e técnica, o colectivo adquire sentido e consistência” (p. 115). A título de ilustração, Latour usa frequentemente o estudo de controvérsias, que consiste em examinar como diferentes atores e interesses entram em conflito ou colaboram para resolver questões sociotécnicas. Por exemplo, em estudos sobre ciência, ele examina como cientistas, políticos, jornalistas e o público em geral interagem em torno de debates científicos (Latour, 1995).

As cidades enfrentam desafios críticos que exigem a colaboração entre múltiplos atores, tanto humanos quanto não humanos, e com o conceito de

transação social podemos analisar como essas interações ocorrem dentro das redes de atores. Na análise da crise ecológica e climática, exige-se uma nova forma de entender a política e a sociedade. Por exemplo, a interação entre comunidades locais e governos municipais pode ser vista como uma transação social crucial para a implementação de políticas climáticas, onde elementos não humanos, como tecnologias sustentáveis e infraestrutura verde, são parte integrante da rede e influenciam as transações sociais. Neste contexto, as transações sociais são os meios pelos quais os atores negociam e implementam essas mudanças, que incluem modalidades de participação em que cidadãos contribuem para a elaboração de políticas climáticas que resultam em recomposições na estrutura urbana (Voyé, 2016 [1992]). Assim, o novo regime climático recomenda novas práticas urbanas que incluam tanto as transações sociais quanto a composição de atores, devendo incorporar práticas de planejamento que considerem a interação entre atores humanos (cidadãos, governos) e não-humanos (recursos naturais, tecnologias) e promover novas transações sociais que apoiem a economia circular, onde os resíduos são minimizados e reutilizados dentro da rede urbana. Em termos de operacionalidade, poder-se-ia realizar mapeamentos detalhados das interações sociais e das redes de atores envolvidos nas questões climáticas, criar espaços de diálogo e negociação entre diferentes atores urbanos para facilitar a recomposição contínua da cidade e implementar projetos-piloto que integrem soluções tecnológicas e práticas sociais inovadoras para enfrentar os desafios climáticos.

4. Discussão

Os processos de urbanização interconectam-se com a crise ecológica e climática e interpelam os sociólogos das cidades e a sua *praxis* de pesquisa. Como criar as condições de adequabilidade de instrumentos sociológicos de pesquisa que sejam capazes de interpretar o intenso processo de urbanização que tem originado metrópoles gigantescas habitadas por milhões de seres humanos, como sucede no Sul global? A necessidade de inovação conceptual torna premente articular uma visão requerida por um urbanismo de tipo “ecológico”, numa escala macro ou meso, ligada a um planejamento mais participativo, com formas de associação micro dos atores sociais na sua pluralidade, muitas vezes informais e pouco estruturadas.

Evocamos o contributo de Rémy em termos de dinâmica de pesquisa, salientando que este privilegia as lógicas de apropriação. O autor procura perceber como em dadas conjunturas de tempo, económicas e sociais ou

políticas, as cidades são chamadas a resolver questões, sempre tensas e muitas vezes conflituosas, que resultam da articulação entre condicionantes exógenas e outras internas ligadas às idiossincrasias dos atores locais (Rémy, 2015, 2016 [2013]). Rémy focaliza-se na agência de atores e nas redes que atravessam o território e influem na produção material e simbólica do espaço ao mobilizarem relações de poder advindas da interação entre ‘velhos’ e ‘novos’ atores sociais, como sejam novos residentes, neo-rurais ou visitantes, que trazem novas lógicas para a transação social.

A transação social permite aceder a essa complexidade e identificar situações concretas, relacionando categorias como “agência” e “estrutura” e processos de afiliação (integração funcional) e desfiliação (sentimento de “estar fora” do jogo) (Rémy, 2016, p. 285). A transação, assim como as relações de poder que lhe estão subjacentes, verifica-se nos diversos campos da vida quotidiana e tem incidência nos das políticas públicas. A transação social desenvolve-se em torno de um objetivo. No campo social concretiza-se em variados problemas: a defesa dos locatários, a implicação dos pais na vida escolar, a promoção de uma ação de economia social... (Rémy, 2022). A transação trabalha a ideia de interação e consenso entre atores com lógicas de ação diversas otimizando a participação (Rémy, 2016, p. 126), embora com algum prejuízo de uma maior atenção ao papel dos fatores estruturais que atuam sobre a vida social, como defende Baudin, para quem a transação social teria mais “uma conotação ecuménica, talvez marcada pelo contexto sociopolítico em que surgiu – a Bélgica – onde existe um conflito recorrente entre flamengos de língua holandesa e valões de língua francesa (...), conflito esse interrompido por períodos de compromisso de coexistência” (2014, pp. 37-38).

Mas o conceito ganha interesse na explicação das diferenças culturais em processos de interação, o que é reforçado pelo antropólogo Fredrik Barth (1998), que defende que a sociedade é mais bem entendida pela dinâmica das estratégias, escolhas e alianças que lhe asseguram a continuidade, centrando a discussão na relação agência-estrutura para maximizar ganhos e minimizar perdas, portanto, no transacionalismo. Em relação às diferenças culturais, Barth argumenta que, para entender a etnicidade, há que investigar como são construídas as fronteiras que diferenciam um grupo de outro; ou seja, para o autor, a diferenciação e a criação de fronteiras entre grupos étnicos seriam realizadas pelos próprios indivíduos nos processos em transação.

Também Bruno Latour desafia as abordagens convencionais, ao integrar os atores não humanos na compreensão dos desafios ambientais

contemporâneos, como as mudanças climáticas. O autor postula a exigência de uma mudança paradigmática na maneira como vemos e respondemos aos problemas ambientais, reconhecendo a complexidade e a interconexão entre diferentes atores e fatores envolvidos. Por exemplo, podemos considerar a análise de mediadores atuantes entre várias escalas socioespaciais e perceber como os atores individuais e os coletivos são afetados pela função de intermediação. A análise de mediadores facilita a ação ou a interação entre diferentes partes. Eles são elementos que incluem leis, documentos, tecnologias, mídia, entre outros, e que têm um papel crucial na formação e estabilização das redes de atores.

Na atualidade, as questões ecológicas converteram-se no equivalente a questões políticas “clássicas” sobre as quais é legítimo e interessante discutir, estando as “pertencas” e as associações em recomposição. Latour introduz a hipótese de trabalho em torno da “chegada” de novas classes sociais, não no sentido tradicional, mas mais numa lógica próxima da de “classes culturais” ligadas à interpretação de Norbert Elias sobre o processo civilizacional, em que se assiste a uma crescente interdependência entre os indivíduos, à medida que as relações económicas, sociais e políticas se tornam mais sofisticadas, e na forma como essas transformações influenciam as relações humanas e o comportamento social (Elias, 2006). A ideia de Latour de “classes geossociais ou ecológicas”, ainda em fase de formação, decorre do facto de as questões ecológicas se estarem a converter em questões centrais, abrindo frentes de luta já não circunscritas unicamente aos meios de produção e de distribuição, mas também aos conectados com as condições de habitabilidade. Trata-se de uma problemática nova, que leva Latour a apoiar-se em Norbert Elias, para quem a ascensão da burguesia foi mais “racional” que a da aristocracia, porque a primeira imagina e se dota de um horizonte de ação muito mais vasto que a segunda. E na medida em que consideramos que a questão ecológica se transforma na questão fundamental das condições de habitabilidade do planeta, assistimos a uma redefinição do horizonte de ação, numa projeção num horizonte temporal, no fundo à estruturação de uma nova racionalidade e um novo processo de civilização (Latour e Schultz, 2022; Latour, 2023).

Ao interpelarmos a questão de o espaço social cidadão – que resulta de a reunião dos seres humanos num mesmo lugar se articular com uma intencionalidade normativa (seja a ação dos decisores políticos, seja a dos técnicos de planeamento) –, somos levados à hipótese heurística da mobilização da noção de “ecologização”, que abre para as realizações do campo profissional do urbanismo. Chegamos à questão da arquitetura

moderna, e ao seu impulso para desenhar cidades “ideais”, o que, não sendo novo, atingiu o paroxismo no século XX, na senda de Le Corbusier, que viria a exercer uma grande influência sobre o urbanismo moderno. Segundo Le Corbusier a deontologia da profissão não incluía o dever de trabalhar com o mundo real, nem, muito menos, com o passado arquitetónico. No nosso tempo, uma visão mais ecológica da ligação estreita entre os seres humanos e o meio ambiente natural implica interpretar o mundo como uma rede de fenómenos que estão interconectados e que são interdependentes (Geddes, 2022). Que mudanças de conceção ou de visão da natureza se conectam de forma diferente com a cidade? Quais as suas implicações em termos de sustentabilidade? Enquadram-se aqui muitos projetos de cidades ecológicas e inteligentes que se caracterizam pela realização de um ideal urbano contemporâneo de cidade “perfeita” entranhado numa ilusão tecnocrática (Neves, 2018). Muitos projetos urbanísticos futuristas apresentam-se como formas utópicas e ambicionam criar cidades ecológicas *high-tech*, deixando-nos céticos quanto ao seu impacto social e ambiental. A sua análise salienta os múltiplos limites, ecológicos e sociais em particular, segundo Sylvain Rode (2023), não resistindo ao primado tecnocrático das considerações económicas e à procura de rentabilidade financeira.

Para além de projetos de cidades ecológicas e inteligentes muito mediatizados, é, sobretudo, a construção da cidade “comum” e a sua ecologização que ocupam centralidade na nossa discussão. Em nosso entender, os desafios trazidos pela aplicação das novas tecnologias de informação e comunicação serão profícuos se sugerirem uma alteração de paradigma, podendo agregar iniciativas voltadas para “alternativas democráticas e comunitárias”, trabalhando a ideia de soberania tecnológica pensando e produzindo a tecnologia como um bem comum (Schonardie, Bedin e Marcht, 2022, p. 213). A inteligência artificial oferece um enorme potencial para transformar as cidades e torná-las mais sustentáveis, inclusivas e inteligentes. Isso envolve um conjunto de áreas interconectadas como, por exemplo, prever impactos ambientais e otimizar sistemas para atingir metas de sustentabilidade ou simplificar as interações com os serviços públicos, garantindo o uso ético das informações coletadas; e promover decisões mais participadas que envolvam a colaboração entre governos, o setor privado e os cidadãos.

Portanto, importa ir além da aparência e dos aspetos estéticos e físicos das urbes, mas só depois de uma investigação crítica será possível considerar o contributo que as novas conceções de “neo-urbanismo” podem dar para a descrição de um (novo) fenómeno, para a sua explicação e, eventualmente,

para as vias metodológicas de análises pertinentes e adequadas. Como conceber um planeamento urbano simbiótico que se esforce por desenvolver os territórios urbanos de forma que os humanos possam viver em harmonia com o ambiente e o mundo vivo? Muito acertadamente, diz-nos o filósofo Baptiste Morisot (2020) que é a nossa forma de habitar que está em crise. Assim, na perspetiva de uma Terra que se arrisca a ser cada vez menos habitável, a ecologização do urbanismo remete para a ambição de um planeamento urbano capaz de inventar novas formas de “viver na natureza sem a destruir” (Larrère e Larrère, 2018, p. 124), de erigir uma “cidade habitável no futuro” (Blanc, 2019, p. 28). A etimologia do termo “ecologia” – *oikos*, a casa – reenvia à ideia do “respeito pela casa terrestre” (Paquet, 2006, p. 193), de uma casa comum ao conjunto dos seres vivos, na qual as sociedades humanas devem poder coabitar com os seres não humanos. Isto remete para o papel da ecologia urbana, que procura estudar as interações entre os sistemas naturais e o espaço construído, analisando a forma como a organização espacial das cidades influencia as dinâmicas sociais, económicas e culturais. E se durante muito tempo a postura dominante da ecologia científica excluía o homem das suas análises, sublinhamos a sua assunção como “uma grande ciência interdisciplinar que liga as ciências biológicas, físicas e sociais” (Eugene Odum, ecólogo filho de um sociólogo, em Rode, 2023, p. 21). Aceita-se a premissa que invoca a relação entre o social e o espaço, segundo a qual o desenho das cidades influi nas formas de pensar, fazer e viver a cidade. Isto significa que agir sobre o espaço é também agir sobre a sociedade, o que releva temas como a segregação socioespacial, a mobilidade urbana, as redes de sociabilidade e os impactos das transformações urbanas na qualidade de vida. Para o urbanismo, a questão será então a de integrar princípios ecológicos no desenho urbano e de se esforçar por ordenar o espaço de vida das sociedades humanas assegurando o seu bem-estar e protegendo simultaneamente o ambiente e o mundo vivo. É importante planear bem para viver melhor. Isto significa cuidar dos seres vivos e adaptar a forma como utilizamos o espaço à dinâmica do ambiente.

No contexto pós-pandémico ganha acrescido interesse a discussão em torno do planeamento urbano, o que nos leva a interrogar se as suas opções (ou a sua falta) não deveriam ser encaradas como podendo igualmente gerar ou potenciar riscos sociais. Bruno Latour (2020) acredita que “a crise sanitária está embutida em algo que é, não uma crise – algo sempre passageiro –, mas uma mutação ecológica duradoura e irreversível” (p. 1), sendo um imperativo promover uma discussão de vulto sobre a necessidade de “alterarmos o nosso modo de vida” (p. 1). Esta ideia foi reforçada pela

conjuntura global pandémica, com a diminuição do volume de produção e de consumo intrínsecos às dinâmicas globais e consequente possibilidade de “frear o trem do progresso” (p. 1). Os riscos societais, nos quais se integram também os relativos a doenças infecciosas, problemas tecnológicos, geopolíticos, para além dos ambientais, como conceptualizado por Mendes (2015), têm graus distintos de plausibilidade de ocorrência e de impacto, mas, ao atuarem no espaço, apresentam uma natureza sistémica que acentua a sua interconexão, o que amplia as suas consequências. Deste modo, também por esta via, os paradigmas adotados para a gestão das cidades encontram-se no centro do debate, tendo em vista recuperar e ressignificar a cidade para todos os seus habitantes.

Sob inspiração de Bruno Latour, defendemos o papel do investigador-ativista que em momentos de crise pode ser entendido como uma resposta à urgência e magnitude dos problemas, uma responsabilidade ética e social, e como parte de uma estratégia para efetuar mudanças reais e significativas nas cidades. A crise ecológica representa uma ameaça existencial para a humanidade, e os cientistas sociais, ao entenderem as causas e as consequências sociais dessas mudanças, podem sentir a responsabilidade de atuar para promover mudanças assertivas. Ao mesmo tempo, a própria sociologia, especialmente na sua vertente crítica, argumenta que o conhecimento sociológico deve ser utilizado para transformar a sociedade. Em tempos de crise, há uma procura por mudanças estruturais que podem ser informadas por pesquisas sociológicas. O ativismo, neste contexto, é uma extensão natural do trabalho de investigação. Pensamos, por exemplo, no trabalho influente de Jane Jacobs *Morte e vida de grandes cidades* (2009 [1961]), de inegável interesse para os estudos urbanos a que se reconhece renovada atualidade. Este livro tem continuado a inspirar políticas e ativismos, sejam eles teóricos ou práticos, que se desenvolvem tanto no plano do debate público, em particular quando estão em exame certas intervenções urbanísticas, como no da promoção de sinergias nas cidades existentes. Isto leva-nos a um dos focos da crítica de Jacobs ao planeamento urbanístico moderno, que considera que os urbanistas constroem modelos abstratos a partir dos quais procuram entender a cidade, assim menosprezando, senão mesmo ignorando, as relações sociais que atravessam o espaço urbano, ou seja, como a cidade funciona de facto. O planeamento urbano é questionado nos seus próprios fundamentos e não unicamente nas ideias ou formas de intervenção defendidas pelos seus agentes. Existe no pensamento de Jacobs a ideia de manifestação genuína da experiência urbana que se verifica quando está livre de coerção e constrangimentos. Há ali um propósito de

defesa da autenticidade e crítica à uniformização, provocada pela “praga da monotonia”, que a autora considera ser um dos efeitos perversos do planejamento urbano moderno (Jacobs, 2009, p. 43).

Conclusão

A necessidade de um urbanismo “ecológico” apresenta-se como uma tarefa imperiosa e significa repensar os laços entre a cidade e a natureza e afastar-se de uma representação da primeira como antítese da segunda. Ao reconhecermos a nossa interconexão com a natureza, podemos desenvolver uma nova forma de ser no mundo, uma forma que seja mais sustentável, justa e equitativa para todos os seres vivos. Isso envolve abandonar a ideia de controle e dominação a favor de uma coexistência relacional mais harmoniosa com o mundo ao nosso redor, e a promoção de uma ecoliteracia coletiva que capacite os cidadãos a melhor compreenderem os sistemas naturais e as suas interações com as atividades humanas, passando de uma visão antropocêntrica para uma perspectiva mais holística e interconectada.

Sob o ângulo de análise aqui privilegiado, podemos avançar que Bruno Latour preconiza uma abordagem mais ampla, ao atribuir agência tanto aos humanos quanto aos não humanos, argumentando que objetos e entidades também moldam as interações sociais, enquanto Jean Rémy se concentra nas interações e transações entre atores humanos. As duas abordagens teórico-analíticas, quando combinadas, permitem considerar que a sociedade é composta por redes de associações que são constantemente alimentadas e transformadas por transações sociais. Cada associação pode ser vista como um contexto de múltiplas transações, e cada transação pode redefinir as associações envolvidas. Estas combinações enriquecem a visão sobre a dinâmica social e urbana, integrando processos micro e macro, e ajudam a perceber a contribuição de atores humanos e não humanos na construção de um urbanismo ecológico.

O espaço adquiriu na Sociologia a categoria de análise em diversos autores e tradições, como foi o caso dos sociólogos da Escola de Chicago, que analisaram como as comunidades definidas pela proximidade física se organizam e se relacionam. Mas a alusão à abordagem ecológica urbana não convoca apenas os temas clássicos de Chicago. Para Rémy, o espaço é tanto fator de constrangimentos como de oportunidades, mas é, sobretudo, causa de determinação de dois modos: a um nível estrutural (ajuda a definir as relações sociais, as redes de interação) e a um nível simbólico (contribui para estruturar as representações de si e dos outros) (Rémy

e Voyé, 1976). A associação ecologia-cidade convida à problematização do papel do urbanismo na modificação do equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas de que fazem parte, de acordo com princípios pós-antropocêntricos que entendam a cidade enquanto conjunto articulado de transações entre sistemas de vida que interatuam de forma crítica. Neste sentido, uma linha a explorar no futuro poderá ser a discussão da passagem da ecologia urbana para o urbanismo ecológico, a partir de contributos de autores como Matthew Gandy (2022) e Erik Swyngedouw (2018).

Referências

- ARNOULD, Paul – Biodiversité : la confusion des chiffres et des territoires. *Annales de Géographie*. Lyon. ISSN 0003-4010. 651:5 (2006) 528-549.
- BANCO MUNDIAL – *Urban Development*. [Consult. 14 Aug. 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/urbandevelopment/overview>.
- BARTH, Fredrik – *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of culture difference*. Illinois: Waveland Press, 1998. ISBN 9781478607953.
- BAUDIN, Gérard – Sur les rapports entre identités, lieux et territoires au prisme de la « transaction territoriale ». In BAUDIN, Gérard; VAZ, Domingos (orgs.) – *Transação Territorial: Novas relações cidade-campo*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2014. ISBN 9789897550867. pp. 31-43.
- BIHOUIX, Philippe; SOPHIE, Jeantet; CLÉMENCE, de Selva – *La ville stationnaire. Comment mettre fin à l'étalement urbain ?* Arles: Actes Sud, 2022. ISBN 9782330168735.
- BLANC, Nathalie – Les écologies des mobilisations urbaines. *Urbia. Les cahiers du développement Urbain durable* [Em linha]. 21 (2018) 25-38. Disponível em: https://www.unil.ch/ouvdd/files/live/sites/ouvdd/files/03_Urbia%20n21_Nathalie%20Blanc.pdf.
- ELIAS, Norbert – *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2006. ISBN 9789722026659.
- GANDY, Matthew – *Natura Urbana: Ecological Constellations in Urban Space*. MIT Press, 2022. ISBN 9780262367479.
- GEDDES, Patrick – *Cidades em evolução*. Campinas, SP: Papirus Editora, 2022. ISBN 97865565008981.
- GRISOT, Sylvain – *Manifeste pour un urbanisme circulaire. Pour des alternatives concrètes à l'étalement de la ville*. Rennes: Éditions Apogée, 2021. ISBN 9782843986925.

- JACOBS, Jane – *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ISBN 9788578271732.
- LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael – Comment sortir de la modernité ? In YOUNÈS, Chris (dir.) – *Ville contre-nature. Philosophie et architecture*. Paris: La Découverte, 1999. pp. 47-66.
- LUSSAULT, Michel – Anthropocène comme Urbanocène. In LUSSAULT, Michel; VALÉRIE, Valérie (dir.) – *Néolithique Anthropocène. Dialogue autour des 12000 dernières années*. Lyon: Éditions deux-cent-cinq et École urbaine de Lyon, 2021. ISBN 9782919380404.
- LATOUR, Bruno – *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Edições Nova Fronteira, 1994. ISBN 8585490381.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve – *La vida en el laboratorio. La construcción de los hechos científicos*. Madrid: Alianza Editorial. 1995.
- LATOUR, Bruno – *Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999. ISBN 9782707142191.
- LATOUR, Bruno – *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012. ISBN 9788523208646.
- LATOUR, Bruno – *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Cambridge: Polity Press, 2018. ISBN 9781509530564.
- LATOUR, Bruno – Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise [Imagine gestures that stop the return of pre-crisis production]. *AOC-Media* [Em linha]. 2020. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PO_RTUGAIS_2.pdf
- LATOUR, Bruno; SCHULTZ, Nikolaj – *Mémo sur la nouvelle classe écologique*. Paris: La Découverte, 2022. ISBN 9782359252187.
- LATOUR, Bruno – *Habitar la Tierra, Conversaciones con Nicolas Truong*. Madrid: Arcadia, 2023. ISBN 9788412592665.
- LE CORBUSIER – *Urbanisme*. Paris: Éditions Crès, Collection “L’Esprit Nouveau”, 1925.
- MENDES, José M. – *Sociologia do Risco: Uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra University Press, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1066-5>.
- METZGER, Pascal – Environnement urbain. In *Dictionnaire critique de l’anthropocène*. 2020. Paris: CNRS Éditions. ISBN 9782271124272.
- MORIZOT, Baptiste – *Manières d’être vivant. Enquêtes sur la vie à travers nous*. Arles: Actes Sud. 2020. ISBN 9782330129736.
- MORMONT, Marc – Globalisation et écologisations des campagnes. *Études Rurales*.

- Paris. ISSN 0014-2182. 183:1 (2009) 143-160.
- NATIONS UNIES – *L'Évolution démographique – 2023*. [Consult. 11 Jul. 2024]. Disponível em: <https://www.un.org/fr/un75/shifting-demographics>
- NEVES, José Pinheiro – Das cidades inteligentes às metatopias urbanas. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa. ISSN 2183-7198. 48 (2018) 106-122.
- PAQUOT, Thierry – *Terre urbain. Cinq défis pour le devenir urbain de la planète*. Paris: La Decouverte, 2006. ISBN 9782707189547.
- RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *La Ciudad y la Urbanización*. Madrid: Estudios de la Administración Local, 1976.
- RÉMY, Jean; SERVAIS, Émile ; VOYÉ, Liliane – *Produire ou reproduire ?* Bruxelles: Vie ouvrière, 1978.
- RÉMY, Jean – *L'Espace, un objet central de la Sociologie*. Toulouse: Editions Érès, 2015. ISBN 9782749248998.
- RÉMY, Jean – A vida cotidiana e as transações sociais: perspectivas micro ou macro-sociais, 1992. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 149-185.
- RÉMY, Jean – A transação: da noção heurística ao paradigma metodológico, 1994. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 213-255.
- RÉMY, Jean – A transação social: forma de sociabilidade e postura metodológica, 1998. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 257-291.
- RÉMY, Jean – A transação: Uma maneira de fazer sociologia. Entrevista a Jean Rémy por Jean Foucart para a revista *Pensée plurielle*, 2013. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 123-148.
- RÉMY, Jean – Introdução: cidades intermediárias, participação e transações sociais. In DIMAS, António; VAZ, Domingos (orgs.) – *Cidades: Escalas e transações*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2022. ISBN 9789897557859. pp. 24-38.
- RODE, Sylvain – *Écologiser l'urbanisme. Pour un ménagement de nos milieux de vie partagés*. Lormon: Le Bord de l'eau, 2023. ISBN 9782356879660.
- SCHONARDIE, Elenise Felzke; BEDIN, Gilmar Antônio; MARCH, Laura Mallmann – Cidades, tecnologias e sustentabilidade: uma análise sobre as chamadas *smart city* e as suas possíveis contribuições para as transformações do mundo atual. In DIMAS, António; VAZ, Domingos (orgs.) – *Cidades: Escalas e transações*. V. N. Famalicão: Húmus, 2022. ISBN 9789897557859. pp. 193-217.

SENNETT, Richard – *Building and Dwelling: Ethics for the city*. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux, 2018. ISBN|9780374200336.

SWYNGEDOUW, Erik – *Promises of the Political: Insurgent Cities in Post-Political Environment*. MIT Press, 2018. ISBN 9780262535656.

VOYÉ, Liliane – A transação e o pressuposto do consenso, 1992. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 187-211.

- Receção: 17.07.2024

- Aprovação: 17.03.2025